



Sindicato dos Oficiais de Justiça

Irresponsabilidade Política

O recente assalto ao Tribunal da Lousã é mais um exemplo de irresponsabilidade política no Ministério da Justiça. Não há memória de tanta irresponsabilidade política e inoperância na Justiça.

Igualmente preocupantes são as afirmações prestadas pelo Ministério da Justiça que, reiteradamente se afiguram não corresponder à verdade integral.

Não se questiona a legitimidade do Ministério da Justiça para levar a cabo uma política que é avaliada pela generalidade das pessoas como negativa. Mas os operadores judiciais, têm o dever de, não só avaliar mas também não silenciar, situações que colocam em causa a Justiça.

O Ministério da Justiça é o único responsável pelos processos destruídos pelo fogo e, por todos os que venham a ser alvo de idênticas acções. Infelizmente a responsabilidade que é exigida aos Oficiais de Justiça não é acompanhada pelos agentes políticos que, com alguma improficiência permitem que a Justiça continue em crise.

Crise que se acentua com a falta de funcionários; de formação e, de um conjunto de condições mínimas para uma efectiva realização da Justiça. A “necessidade” de se legislar para apresentar trabalho, só tem criado verdadeira insegurança jurídica. Também a forma como está a ser levada a cabo a experiência piloto para implementação do mapa Judiciário é “a cereja no topo do bolo” e exemplificativa da necessidade de mudar, no mínimo, de políticas na Justiça.

É nosso dever assumir que a falta de funcionários coloca neste momento em risco, diligências essenciais para a realização da Justiça; O desconhecimento da realidade no terreno levou a que fossem criados “novos tribunais”, em situação de completa ruptura; O cidadão também foi esquecido e, hoje a justiça está, fisicamente, também mais longe...

Nestes termos, entende este Sindicato, afirmar a necessidade de ser levada a cabo uma política rigorosa, fundada no conhecimento e mais participada por todos os agentes judiciais. É importante garantir que a Justiça seja independente, e pilar essencial na arquitectura do Estado de Direito Democrático.

Lisboa, 05 de Maio de 2009

A Direcção,